



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Ata da audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, para tratar do Projeto de Lei nº 24/2017, que dispõe sobre a lei de diretrizes orçamentárias do Município de Cordeirópolis para 2018.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, no Plenário "Vereador Irio Alves" da Câmara Municipal de Cordeirópolis, realizou-se audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, para tratar do Projeto de Lei nº 24/2017, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de Cordeirópolis para 2018. Estiveram presentes os seguintes vereadores: Anderson Antonio Hespanhol, Antonio Marcos da Silva, Cássia de Moraes, José Antonio Rodrigues, José Geraldo Botion, Mariana Fleury Tamiazo e Sandra Cristina dos Santos, ausentes os vereadores Cleverton Nunes Menezes e Laerte Lourenço. Foi aberta a audiência pelo representante do Executivo, Renato Marcelo Mascarin, que disse inicialmente que a cultura do País não é de participação, mas desde o ano 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi exigido aos Três Poderes que realizassem audiências, mas elas nunca atingiram grande interesse da população. Ressaltou que a medida é necessária para ouvir as sugestões da população, em uma forma de participação nas decisões da administração pública. Disse que os vereadores já receberam o projeto de lei em discussão, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem que nortear todas as ações e programas do exercício de 2018 na sua execução e que ela deve ser tratada como a base do orçamento anual. Disse que existem muitas oportunidades para participação popular, como as audiências públicas, que são um dever dos órgãos públicos e direito dos cidadãos participarem, não só com a presença, mas realizar questionamentos, expor opiniões e ideias, para que juntos façamos com que os projetos tenham objetivos e conclusão. Ressaltou que as audiências são garantidas pela Constituição desde 1988, mas se tornou mais exigente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, e devem ser feitas pelos três poderes. Disse que todos podem e devem participar das audiências, que devem ter divulgação prévia, como já foi feito no Jornal Oficial do Município, e se está num espaço adequado para sua realização; disse que deve ser entendido que temos direito de voz e opinião, principalmente os vereadores, onde há a oportunidade de tirar dúvidas e incluir suas ideias no projeto enviado pelo Executivo. Falou que as audiências públicas podem ocorrer em qualquer processo de elaboração e aprovação de leis e de prestação de contas; em relação às peças orçamentárias, disse que existem as audiências públicas das metas fiscais, que devem ser realizadas no Legislativo nos meses de maio, setembro e fevereiro; que serão feitos convites para acompanhar estas audiências, que são importantes pois nelas se expõem os resultados da execução orçamentária da administração direta e indireta, com relação às receitas e despesas, dentre outros assuntos; disse que geralmente se marca de manhã, mas pode-se entrar em acordo para mudar o horário; que serão feitas audiências anuais para a LDO e para a lei orçamentária, bem como a do PPA, que é feito a cada quatro anos; disse que a Lei Orgânica do Município recebeu uma emenda para que o PPA seja entregue em agosto, sendo que antigamente ele acompanhava a LDO, que deve estar encaixada no PPA; disse que, devido ao Estado e Governo Federal entregarem em agosto, foi modificado o prazo para se adequar; disse que a LDO é um esboço inicial do PPA, pois contempla somente o exercício de 2018, mas temos que pensar juntos os anos de 2019 a 2021; que até agosto é um período curto, mas deve-se pensar desde já no Plano Plurianual; que estão sendo estudadas ideias de programas e projetos para que sejam colocados no PPA em agosto; disse que a LDO



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

cumprir o art. 65 da Constituição Federal, estabelecendo metas e prioridades da administração pública nas mais variadas áreas. Foi feita uma questão pelo vereador Geraldo Botion, sendo respondido pelo representante do Executivo que na previsão da LDO estão definidos os valores para a saúde, informando que não houve corte nesta área para o ano que vem; disse que trabalhar com previsão de valores no Brasil é muito difícil, tanto para o Executivo como o Legislativo, pois geralmente as expectativas não são confirmadas; disse que o IPCA e o PIB devem ser utilizados, segundo orientação, mas este ano não se coloca o PIB por estar normalmente negativo; que o resultado do IPCA em 2016 foi de 8,74%, sendo que este ano estava previsto para 4,75%, mas não sabemos onde irá parar a economia; disse que não se garante a previsão de 4,5% para os próximos anos, mas foi estimado o crescimento ou a diminuição da receita diferente dos índices padrão; que o FPM se mantém, mas não está havendo crescimento nesta área, o que preocupa pois é uma das principais receitas e o Governo Federal não está mantendo ou aumentando os coeficientes; que o índice do ICMS e do IPI continua se mantendo, mas estamos perdendo cerca de 3% na arrecadação, por causa da inflação, sendo que 54% da arrecadação é devido ao imposto estadual. Falou sobre a previsão das principais receitas do Município, a saber: ITBI, com R\$ 4,5 milhões, ISSQN, com R\$ 11 milhões, uma arrecadação muito boa devido à praça de pedágio da AutoBAN; o FPM está previsto para quase R\$ 17 milhões, mas com a inflação o valor está diminuindo e devemos estar atentos; o ICMS a previsão é de R\$ 68 milhões, mas o valor não irá crescer 4,5%, devido à fase crítica do mercado; que, com relação ao FPM, o valor é de R\$ 13 milhões, no total, a previsão de receitas para o ano que vem é de R\$ 126,6 milhões, sem muita expectativa, dentro da realidade, para que se atinja aquilo que está se projetando. Questionou aos presentes se havia perguntas sobre estes valores. Respondendo à vereadora Cássia de Moraes, disse que ano passado foi arrecadado R\$ 118 milhões, que na LOA anterior a previsão era de R\$ 123 milhões e agora está sendo feita uma reestimativa para R\$ 121 milhões de receita corrente, sem os possíveis convênios com os governos federal e estadual. Respondendo a questionamento do vereador Geraldo Botion, foi dito que o valor entra na receita mas quando não há previsão de recebimento, isto não se projeta na peça orçamentária, entrando posteriormente como excesso de arrecadação, dizendo que está muito difícil conseguir verbas estaduais além dos repasses do ICMS, onde são repassadas cotas, em datas inesperadas, pelo Governo do Estado, muito baixas e projetando as maiores para os meses seguintes. Em resposta a novo questionamento do vereador, disse que deve-se pedir autorização ao Governo Federal para uso no exercício seguinte, ressaltando que existe um valor de R\$ 800 mil, transferido ao município em 2014, que seria para a construção de um centro de educação infantil, mas está parado por falta de adaptações no projeto, e que logo será liberado para a construção desta creche. Quanto às despesas, a preocupação do município e de todos os vereadores é a despesa com pessoal, dizendo que em 2016 foram gastos R\$ 66 milhões com funcionários e está se prevendo este ano R\$ 65 milhões, pois a intenção é mandar um projeto de implantação do regime de previdência própria da Prefeitura, para diminuição dos gastos com pessoal, ficando abaixo do limite prudencial; disse que publicou na semana no Diário Oficial que o valor com pessoal atingiu 57,17%, acima do limite máximo e é responsabilidade do Executivo tomar medidas que dependem da aprovação dos vereadores. Geraldo Botion disse que diminuir o pessoal acaba tendo um prejuízo, deixando diversas famílias descobertas; o representante da Prefeitura disse que estão estudando a



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

implantação de um regime próprio de previdência e a intenção é gastar R\$ 121 milhões e não os R\$ 123 milhões iniciais que foram aprovados. Anderson Hespanhol lembrou a participação da Câmara na aprovação do projeto de redução de cargos públicos, com a redução de R\$ 1,5 milhão por mês, recuando nos gastos com pessoal; vendo este valor, perguntou quais os motivos deste índice, porque foram reduzidas as horas extras e extintos os cargos, achando que com a redução o valor retornaria ao índice legal de 54%, questionando os motivos deste índice. Renato Mascarin disse que ficou assustado, pois o projeto da reforma administrativa deveria diminuir os gastos com pessoal e, após acompanhamento e denúncia ao Ministério Público, foi feito um quadro comparativo entre a economia do serviço público com a extinção dos cargos; disse que se comparar com o que já existia, que em relação a empregos efetivos, eles não foram diminuídos e, por causa do dissídio, a folha teve um grande aumento e a receita, nos primeiros quatro meses, caiu em torno de 3%, sendo reajustado 5% no mês de abril, o que preocupou muito, pois o índice de 57,17% foi inesperado, motivando a tomar outras medidas para que seja reduzido. Anderson Hespanhol perguntou se a previdência municipal seria facultativa, dizendo que a Câmara está à disposição, mas a decisão está para cada um, afetando principalmente os que estão à margem da aposentadoria; disse que há secretários acumulando cargos, cargos comissionados foram diminuídos, existem alguns vagos e não sabemos o que será feito, mas é necessário reduzir o percentual o mais rápido possível. Geraldo Botion perguntou quantos cargos comissionados existem na estrutura administrativa, sendo respondido que só existem 69 cargos, que a redução foi feita o ano passado, mas o maior problema é o número de funcionários efetivos, lembrando que a Prefeitura é uma das maiores empregadoras de Cordeirópolis, onde se gasta mais de R\$ 1 milhão mensal com despesas trabalhistas e previdenciárias dos servidores. Seguindo, Mascarin informou os totais que serão destinados às secretarias: Educação, R\$ 35 milhões, Saúde, R\$ 29,5 milhões, Serviços Públicos, R\$ 15 milhões, Governo R\$ 7,6 milhões; SAAE, R\$ 5,8 milhões, Finanças e Orçamento, R\$ 5,2 milhões, Legislativo R\$ 4,8 milhões; Cultura R\$ 3,9 milhões, Obras, R\$ 3,3 milhões; Administração, R\$ 3,1 milhões, Esporte R\$ 2,7 milhões; Gabinete do Prefeito, R\$ 1,8 milhão e Jurídico, R\$ 1,4 milhão, porque mais de R\$ 500 mil são destinados a precatórios e valores de pequena monta; Meio Ambiente, R\$ 900 mil, Desenvolvimento Sustentável, R\$ 630 mil, Fundos da Criança e Adolescente e Pessoa Idosa, um valor mínimo, porque são feitos para receber doações, mas pra que trabalhem com algum valor. Destacou o investimento previsto de 23% na Saúde, sendo que o mínimo é 15%, ao contrário de outros municípios que investem de 25 a 28%, devido aos gastos serem muito grandes; que a educação tem girado de 28,5 a 29%, sendo que o mínimo é de 25%; em relação ao Legislativo, seu valor foi aumentado devido à proposta enviada ao Executivo, devido à reforma administrativa que está sendo pensada pela Câmara; lembrou que a situação do país é incerta e na distribuição dos recursos tivemos preocupação em atender os limites constitucionais, e que o Legislativo também atende a limites, além de outros recursos que tem de cumprir, sugerindo que a reforma administrativa seja bem estudada, ressaltando que os recursos foram garantidos; disse que com relação ao SAAE houve uma queda na receita da autarquia devido à ausência de reajuste anual, que deve ser feito pela autoridade reguladora; disse que dívida tem diminuído a cada ano e até 2019 o município ficará sem débitos; disse que estudou proposta do Banco do Brasil para quitação de uma ARO (Antecipação de Receita Orçamentária) realizada em 1996, com valor atual de R\$ 1



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

milhão; que o município pagou R\$ 80 mil, renegociou e teve anistia desta dívida; que isto foi proposto ao governo anterior, que não aceitou e o acordo foi feito agora; que está tentando recursos para quitação com os débitos com o FGTS, num valor de aproximadamente R\$ 1 milhão; que a Prefeitura está tentando quitar os precatórios existentes, num valor de R\$ 1 milhão, que são processos onde a prefeitura perdeu ações judiciais e o município tem de pagar, terminando este ano o parcelamento de autos de infração do INSS, o que permitirá transferir os recursos antes relacionados a estas dívidas para investimentos em obras. O representante da Prefeitura expôs com detalhes os programas relacionados às pastas da Prefeitura, dizendo que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo exigiu que fossem incluídas ações específicas para os adiantamentos de cada pasta; citou ações da Educação, Secretaria da Mulher, Fundo de Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Secretaria de Obras, Desenvolvimento Sustentável, Segurança, Governo, Finanças, com a amortização da dívida, Administração; Jurídico, com as indenizações trabalhistas e civis que a Prefeitura tem de pagar, a Cultura e o Esporte, com os fundos específicos, o Meio Ambiente, Serviços Públicos e Gabinete do Prefeito. No caso do Poder Legislativo, os programas são do Processo Legislativo com ações e atividades específicas, especialmente para construção e reforma do prédio e suporte administrativo, além do SAAE, com suas ações específicas. Disse que apesar do grande número de informações, deve-se ressaltar que a LDO é a base do orçamento que será executado. Mariana Fleury Tamiazo disse que, segundo seu levantamento, o Município está com 144 cargos comissionados e funções de confiança. O representante da Prefeitura disse que fará planilha detalhada sobre o assunto. Disse que existe uma relação com cargos vagos e ocupados e as despesas decorrentes, que será enviada aos vereadores. Em resposta a questionamento, foi dito que são 50 pessoas em vias de se aposentar, mas não sabe se a reforma da previdência vai sair este ano. Disse que o problema são os aposentados que continuam trabalhando, que têm anuênios, quinquênios, sexta-parte e outras gratificações, lembrando que um salário de aposentado custa três vezes mais em relação a um funcionário em início de carreira, e estão sendo estudadas medidas para a solução do problema. Em resposta a questionamento, foi dito que a demissão obrigatória de aposentados, de acordo com súmula do STJ, só pode ser feita com 75 anos, mas existem medidas legais que podem ser feitas pelo poder público, o que está sendo estudado; que para que se possa agir e mexer com os aposentados, deve-se tomar outras atitudes, sendo que antes era 70 anos, pois existem pessoas, como professoras, que ainda continuam trabalhando, mas o Executivo está preocupado e interessado em resolver. Respondendo a questionamento da vereadora Cássia de Moraes, confirmou que há funcionários que acumulam os salários de funcionários com a aposentadoria, dizendo que deve ser visto também o lado político e social da situação; que o Prefeito está interessado em mexer na situação, ressaltando que houve uma boa queda no número de horas extras em relação ao governo anterior, devido ao decreto proibindo as horas, sendo que foi pago somente um valor de R\$ 200 mil anterior ao decreto, lembrando que os gastos atualmente ficam em torno de R\$ 80 a 100 mil reais mensais de serviços extraordinários. Anderson Hespanhol disse que o problema na Saúde era relacionado com gastos de motoristas e seus adiantamentos, dizendo que o valor seria menor caso o motorista não ganhasse hora extra, mas na forma de diária. Disse que o Estatuto do Servidor Público Municipal, de 1973, prevê a expedição de decreto para implementação da medida. Anderson Hespanhol disse que, com a diária, não é necessário



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

apresentar comprovantes nem o pagamento de horas extras, além de evitar processos trabalhistas. Disse que a estabilidade econômica irá continuar durante o segundo semestre deste ano, mas cada hora é uma crise diferente e está se tornando impossível a recuperação, situação que deverá perdurar até 2018; que a receita não vai crescer, não haverá investimento do Governo Federal nos próximos meses, e agora estava se investindo por medida política. Anderson Hespanhol disse que em 2018 serão somente R\$ 1,5 milhão para projetos e foi dito pelo representante do Executivo que, no ano atual, não está previsto investimento em obra nenhuma; que foram encaminhados muitos projetos de ações sociais, que são a prioridade da atual administração e, com a falta de recursos, não haverá investimentos em construções ou reformas. Foi dito que será trabalhada uma baixa expectativa em previsão de receitas, e sem "loucuras" em relação aos gastos, que é o papel do governo controlando os gastos públicos, por fim, pediu ajuda para um trabalho em conjunto com os vereadores. Encerrada a manifestação do representante, o vereador Geraldo Botion disse torcer para se consiga o que foi solicitado, lembrando que é muito difícil mexer, pois se conserta uma situação e se cria outra, como no caso das despesas com pessoal e as consequências de possíveis demissões; disse que ainda irá demorar muitos anos para que o município volte a ficar de pé, agradecendo o trabalho do representante junto aos vereadores. Terminou dizendo que a população deve ser incentivada a participar, para que os cidadãos tragam suas ideias, seja dos conselhos, secretarias ou dos representantes das associações de bairro. Cássia de Moraes disse que é necessário que a população compareça para entender como é feito o orçamento, dizendo que a realidade dos números não é fácil, mas é necessário ter "jogo de cintura" para contornar as dificuldades. O representante disse que os vereadores sempre são cobrados pela população. Mariana Tamiazo disse que muitos questionam o que acontece na Prefeitura, mas não comparecem nas sessões da Câmara e nas audiências públicas para ver o que efetivamente está ocorrendo; que os vereadores agora são mais questionados do que acontecia antigamente, pois a população está exigindo que a coisa seja feita corretamente. Renato Mascarin disse que até o fim do mês deve ser feita audiência sobre as metas fiscais e é necessário que sejam tomadas medidas para que a população compareça e entenda o que está ocorrendo; que os questionamentos ao papel do vereador estão muito grandes em comparação com outras administrações. Disse que será mandado um PDV, para aprovação dos vereadores, direcionado aos aposentados, com vantagens para os aderentes, pois se optarem por isso já terão vantagens, ao invés de serem demitidos posteriormente; que o projeto ainda está sendo estudado, pois ele representa uma economia a longo prazo, mas há gastos maiores no seu período inicial. Pediu sugestões para um melhor horário de realização da audiência com relação às metas fiscais, que deve ser feita até o final do mês. Cássia de Moraes disse que é necessário que, neste momento, estejam todos os vereadores para tomar conhecimento. Renato Mascarin lembrou aos vereadores das emendas impositivas, criadas pela Emenda Constitucional 86, que não estão contempladas no PPA e na LDO. que emendas podem ser feitas por vereadores ou bancadas, mas podem ser vetadas, já as impositivas não poderão ser vetadas pelo Chefe do Executivo; disse que está à disposição para estudar a melhor forma de realizar estas emendas, pois tudo que se executa está no Portal de Transparência, mas de modo técnico, e está à disposição para ajudar. Em resposta a manifestação da vereadora Cássia de Moraes, foi dito que precisa se estudar o que a lei permite em relação a isto, pois existem alguns eventos que não podem



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ser dispostos, mas será atualizado o site da Transparência. Agradeceu a presença de todos, dizendo que é cansativo, diferente ou "esquisito", mas com o tempo, todos ficarão sabendo como se faz uma LDO, um PPA, o PDV, o RPV ou a lei orçamentária. Foi falado que na discussão das metas poderá ser feita uma audiência em outro local, para expor os relatórios da execução orçamentária. Em resposta a manifestação do vereador Geraldo Botion, foi dito que precisamos aprender que quando houver cobrança, temos que responder que tal dia será discutido e a presença do cidadão é necessária, pois quando ouvido, o cidadão se achará importante, e no fim, é um direito dele. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a audiência, da qual foi feita esta ata.

Anderson Antonio Hespanhol

Antonio Marcos da Silva

Cássia de Moraes

José Antonio Rodrigues

José Geraldo Botion

Mariana Fleury Tamiazo

Sandra Cristina dos Santos